

# Trabalho e ocupação de meninos e meninas nas ruas do Rio de Janeiro.

*Maria Raquel Pereira Borges de Sousa<sup>1</sup>*

---

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada para a elaboração de dissertação de mestrado, que teve como objetivo central perceber o significado do trabalho de crianças e adolescentes nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. O estudo propôs-se a desvelar certos contextos que fazem parte da temática trabalho infanto-juvenil, orientado por uma premissa básica que é o não-trabalho de meninos e meninas nas mais diversas atividades do setor informal. Foi proposta, inicialmente, como um aspecto importante na investigação, uma contextualização estrutural da economia na medida em que esta delimita a organização do mercado, das relações de trabalho e dos próprios trabalhadores na estrutura social.

Com o interesse voltado para conhecer as ocupações de crianças e adolescentes que desempenham um papel de componente no sustento de suas famílias, pesquisou-se a política municipal de atendimento ao segmento jovem que está nas ruas através do programa - "*Vem prá casa, criança*", além da realização de entrevistas nas ruas do centro do Rio de Janeiro, para observar o quadro de ocupações desenvolvidas, considerando as categorias teóricas trabalho, relações de gênero e família.

## Trabalho infanto-juvenil em contextos de transformações sócio econômicas

A expansão das atividades informais no mercado atual é significativa e é nesse espaço privilegiado que se aloca a população que está nas

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela PUC/RIO

ruas, entre as quais as crianças e adolescentes entrevistados nesta pesquisa. Consideramos as diversidades que caracterizam os mercados dos países denominados periféricos e centrais, tendo em vista os impactos da expansão do setor informal nestes últimos, diferentemente, portanto, do que ocorre no Brasil que tem um forte setor informal presente em seu contexto. As particularidades do mercado informal consideradas neste estudo indicam a complexidade das atividades, inclusive ilegais, dos "trabalhos" nos quais se ocupam crianças e adolescentes. A ilegalidade dessas atividades podem ser observadas sob a lei que regula a condição de cidadão à criança e ao adolescente - Estatuto da Criança e do Adolescente - que define as formas de sua inserção na sociedade e os limites à participação no trabalho.

As análises sobre o mercado informal estão centradas, segundo Machado (1996), na alteração da postura do Estado em regular as relações de trabalho. Nesse debate, conceituando a esfera informal, este autor se refere a todas as atividades que estão fora de qualquer regulação. Tratando-se das características que cercam a nova conformação do mercado informal, Mattoso (1996) considera as alterações na organização da estrutura do mercado via desregulamentação, aumentando a sua competitividade e, portanto, expandindo a flexibilidade do mercado.

Sabendo-se que à revelia dos avanços do tratamento que vem sendo dado à criança e ao adolescente na sociedade brasileira, mais especificamente com a criação do Estatuto, em 1990, em oposição ao anterior Código do Menores e à Política de Bem-Estar do Menor, ocorre a permanência da prática contínua da utilização de crianças nas diferentes atividades, como elencadas neste estudo: vendedor, engraxate, pedinte, e inclusive roubo. Estes fatos indicam os limites na implementação efetiva do Estatuto, cabendo rever as resistências sócioeconômicas que mantêm grupos familiares com filhos a utilizar a mão-de-obra de todos os membros para compor o orçamento familiar.

Em meio a este debate das atividades de trabalho que desenvolvem crianças e adolescentes, situamos a noção de "não-trabalho" - postura adotada por este estudo - para designar as atividades deste segmento. Consideramos as interlocuções com Marx (1971) e Lukács (1979) na

construção do homem como ser social, em seu sentimento de pertencimento/integração na sociedade a partir do trabalho, como bases fundamentais para compreensão dos limites das atividades desenvolvidas para "conseguir dinheiro" para viver o dia-dia nas ruas da cidade. Ou seja, as tarefas desenvolvidas nas ruas denotam que o projeto de construção está no plano imediato de sobrevivência, comprometendo a sua inserção enquanto ser social, o seu vir-a-ser. Temos hoje, não só no Brasil, um aumento da miséria, com empobrecimento da população, principalmente nas regiões metropolitanas.

*" (...) a gênese do ser social, sua separação frente sua própria base originária e também o seu vir-a-ser estão fundados no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas..." (Lukács, 1979:14)*

Nesta perspectiva teórica encontram-se, portanto, elementos de confrontação, não somente em relação à categoria trabalho, mas ao próprio projeto de vida dos grupos em situação de rua, inclusive para os segmentos dos jovens. As características implícitas nas atividades desenvolvidas por grupos em situação de rua estão especificamente vinculadas à precariedade destas atividades, característica inerente ao campo informal. Contudo, a característica de precariedade parece insuficiente para designar a grandeza da desqualificação, desprestígio e conseqüente baixa remuneração das atividades; tanto para os membros adultos quanto para os jovens.

Considerados como uma parcela com alto grau de desqualificação para o emprego, estes segmentos vêm-se empurrados ao pauperismo, com pequenas tarefas de geração de renda, ou mesmo à indigência, e não representam nem mesmo o que Marx (1988) chamou de "*exército industrial de reserva*".

A centralidade do conceito, ao anunciar necessariamente o caráter excludente do setor, significa pensar sobre esta questão na atualidade, ainda que as reformulações ocorram, necessárias do próprio ponto de vista histórico do pensamento marxista. Assim, temos uma camada de pessoas que não se caracterizam como parte do "*exército industrial de reserva*" em seu sentido clássico, mas estão alijadas do momento atual

de produção capitalista e não representam qualquer ameaça ao trabalho do setor formal urbano. Cabe a estes segmentos ocuparem os campos de atividades que caracterizam a outra face da produção, realizando tarefas "improdutivas".

### Trabalho infanto-juvenil - o que conta a história

A literatura indica que o fenômeno do trabalho infanto-juvenil sempre fez-se presente na história do Brasil. A difícil apreensão de quem é o trabalhador infanto-juvenil, mediante as diferentes situações da criança e do adolescente nas ruas colocaram limites a um conhecimento sobre os dados dessa realidade. Somente na década de 1980 obtivemos informações mais sistematizadas através das pesquisas realizadas pelo IBGE, sobre as características dos menores trabalhadores nas áreas urbanas.

Cervini e Burger (1991) localizam a intensificação do trabalho infanto-juvenil nas áreas urbanas do país na década de 1970, compreendendo o período de aceleração do crescimento da indústria brasileira. Contar com a participação da criança e do adolescente e de mulheres na força de trabalho do país foi aspecto importante para compensar e mascarar os efeitos econômicos sobre a família. A imprecisão dos números é relevante à compreensão das dificuldades de medição do trabalho para estes segmentos, assim como a realização em setor informal oculta os valores desse problema social.

Analisando o fenômeno do trabalho infanto-juvenil, Ribeiro (1993) indica que, com o empobrecimento das famílias nas regiões metropolitanas do Sudeste, no período de 1981 a 1990, tivemos um aumento da taxa de atividade de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos. E que a intensificação da presença de crianças e adolescentes nas ruas da cidade vem seguida de outros elementos como, violência, drogas, miséria e, ainda, a presença de seus familiares, como foi também registrado pelo "*Vem pra casa, criança*".

Ao analisar o fenômeno do trabalho infanto-juvenil nos deparamos com a caracterização familiar que utiliza o trabalho dos filhos menores com forte incidência no que diz respeito à discriminação de gênero.

Além do predominante traço da figura feminina como chefe de família (BILAC, 1996), outros elementos que permitem uma caracterização familiar pobre são: configuração jovem da família; maior presença de pessoas do sexo feminino; desagregação conjugal.

Os números de mais de 4 milhões de crianças e adolescentes no mercado de trabalho das áreas urbanas expressam os valores do início dos anos 1990 (RIBEIRO, 1993), representando, portanto, um contingente expressivo da população infanto-juvenil em atividades econômicas no país.

A SMDS-RJ, através do "*Vem pra casa, criança*" registrou, em 1996, alto número de crianças e adolescentes dormindo nas principais vias urbanas do município do Rio de Janeiro, e em ocupações que correspondem a cada grupo de 8 crianças que estavam nas ruas, 5 eram pedintes, 2 vendiam balas e 1 roubava. Sendo que 70% das crianças e adolescentes, caracterizados como pedintes, estavam em companhia da mãe.

Os percentuais de trabalhadores infanto-juvenis revelados pela PNAD (1995) mostram crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos ocupados no Rio de Janeiro, sendo que 78,8% estão em atividades laborativas sem freqüentar a escola. Tomando como preocupação as relações de gênero na avaliação da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil na mesma área urbana, 82,7% (meninas) estão trabalhando sem freqüentar a escola. Contudo, esses percentuais elevam-se ainda mais, tanto para meninos quanto para meninas, na faixa entre 10 a 14 anos, 89,9% e 92,5%, respectivamente.

A característica do atendimento pela via do trabalho vem sendo, historicamente, apresentada como uma alternativa para pensar a participação da criança e do adolescente pobre nos mais variados contextos pelos quais passou o país desde o início da industrialização. Vimos o fator pobreza como determinante para o referido atendimento via trabalho como, também, caracteriza o tratamento diferenciado por parte do Estado no que se refere à criança.

Nestas condições, há que estabelecer aqui a compreensão acerca do significado do trabalho infanto-juvenil. Primeiramente, temos *crianças*

e *adolescentes*<sup>2</sup> como pessoas em desenvolvimento, e dependentes de responsáveis; a realização pelos mesmos de atividades econômicas não se inscreve num mesmo patamar de trabalho efetivado por um adulto. Para os segmentos de crianças e adolescentes, o ato de responsabilidade não é exercido legalmente e, em conseqüência, da mesma forma, o ato do trabalho, como rege o Estatuto sobre os dispositivos acerca da proteção especial ao trabalho infanto-juvenil, *proibindo qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.*

Assim, a abordagem adotada neste estudo acerca do trabalho infanto-juvenil, acordando com o que reza os dispositivos do Estatuto é de entendê-lo como exploração do seu não-trabalho, admitindo a categoria trabalho " (...) *como um ato de pôr consciente*" (Lukács, 1978:15), referida ao potencial do homem em sua capacidade criadora. Sob este aspecto, a capacidade de criação de valor através do trabalho está relacionada a um fim objetivado, enquanto que, normalmente, a criança e o adolescente não procuram o trabalho, mas são lançados a ele.

A própria medição do trabalho infanto-juvenil torna-se de difícil efetivação, pela concepção da dimensão clássica do trabalho, quanto à criação de valor. Existem diferenças no que diz respeito à apropriação do trabalho do adulto e da criança, sendo para esta compreendida como ajuda complementar ao trabalho efetivado pelo adulto. Esta compreensão também deve-se às questões legais quanto ao trabalho infanto-juvenil e que finalizam por dificultar a verdadeira estatística deste fenômeno no Brasil.

Estas considerações acerca do trabalho infanto-juvenil colocaram-nos no debate deste problema social e permitiram que passássemos a uma aproximação com a realidade social com outros "olhares" para a pesquisa de campo.

O trabalho de pesquisa apresenta indicativos quanto à caracterização dos grupos que estão nas ruas, sob o ponto de vista de trabalhadores. A representação dessa mão-de-obra no mercado de trabalho, segundo os tempos atuais, tem diversidades que precisam ser melhor

---

<sup>2</sup> O ECA define criança de 0 a 12 anos de idade e adolescente de 12 a 18 anos de idade.

aprofundadas. O que se intenta revelar neste primeiro estudo atende às reflexões quanto aqueles que estão expulsos dos chamados setores de produção antes mesmo do que se intitula como reestruturação produtiva. Não queremos dizer, com isso, que um processo dessa magnitude não se gaste a longo prazo, mas é de difícil apreensão averiguar as conseqüências sobre a população de rua. Destarte, o número de grupos familiares levanta uma questão quanto às ingerências da atualidade econômica e a política de governo concernente às medidas de estabilização monetária. Compreende-se neste contexto de grupos familiares, os segmentos mais jovens que, concretamente, estão sofrendo as conseqüências de um sistema econômico, compondo, portanto, a crise social gerada neste panorama.

Um elemento fundamental observado quando da abordagem de rua é a presença, neste espaço, não unicamente de crianças e adolescentes, mas, também, de outros familiares seus. Os dados do *Vem pra casa, criança* revelam que, com a proposta básica de retirar a criança da rua e de reinseri-la na família, pensava-se teoricamente numa configuração que não corresponde completamente ao que foi encontrado na realidade. Há a presença de outros elementos da família, ou até mesmo a sua composição completa que, também, estava ocupando os espaços até então pensados mais exclusivamente para segmentos jovens, isolados do núcleo familiar. A condição de estar na rua e a elevação do contingente de pessoas fizeram com que a orientação do cadastramento não mais ficasse restrita aos jovens.

Portanto, a população encontra-se relativamente organizada em grupos, compostos de homens e mulheres adultos, crianças e adolescentes. Mas há um maior número de mulheres nestes grupos observados nas ruas do Centro. Ainda um elemento que tem destaque, principalmente no que se refere ao objeto deste estudo, é a incidência dos casos de famílias chefiadas por mulheres. As constituições familiares onde há a figura masculina com o papel de pai ou padrasto estão em menor valor numérico. São constituições familiares majoritariamente compostas de mulheres no comando do grupo, acompanhadas de seus parceiros, que não necessariamente são os pais dos filhos ou de todos os filhos que, também, compõem o grupo. A idade dos filhos observados

no campo da pesquisa varia, compreendendo um grupo de crianças entre 5 e 7 anos, e um grupo de adolescentes entre 10 e 12 anos. Os poucos adolescentes entre 15 e 17 anos observados nos grupos revelam um traço específico, com a formação dos próprios grupos familiares, principalmente com a evidência da gravidez da adolescente. A incidência deste fenômeno não significa que a jovem composição familiar desmembre-se do grupo original, podendo permanecer neste e aumentar as possibilidades de subsistência.

O cadastro apresenta dados que foram igualmente percebidos no período de observação participante, quanto às várias ocupações informais que fazem parte da população no contexto da rua. Nessas composições familiares, a utilização dos membros da família na realização de tarefas inclui a mão-de-obra infanto-juvenil para, igualmente, compor o orçamento familiar. A distribuição das tarefas pelos membros dos grupos familiares foi melhor percebida quando da efetivação de entrevistas junto a esta população. As características que cercam as ocupações são de alta rotatividade e instabilidade, e compreendem atividades informais como: guardador de carro, venda de alguns produtos e mendicância. A questão do roubo também pode ser apresentada como estratégia na busca pela sobrevivência.

A visibilidade destes segmentos - crianças e adolescentes nas ruas que representam o campo desta pesquisa - traduziu-se em aspectos importantes à própria manutenção das famílias. Efetivamente, as atividades de crianças e adolescentes são parte fundamental no sustento do grupo familiar, assim como as tarefas dos adultos. O debate quanto à permissividade do trabalho infanto-juvenil nos grupos pesquisados são negados sob este conceito *trabalho*, mas admitidos enquanto ocupação para o sustento de todos.

As diferenciações quanto ao gênero na realização de tarefas não representam maior atividade para o menino ou para a menina, dada a importância de todos estarem envolvidos na subsistência da família. Mas o aspecto do gênero se evidencia na distribuição de tarefas, localizando a menina em atividades que possibilitem ter a visão do grupo, especialmente por parte da mãe. Este controle sobre as meninas toma um sentido protetor, da própria atenção e proteção do corpo *fragilizado*

nas ruas. Este aspecto não foi melhor aprofundado pelas dificuldades em realizar aproximações e entrevistas com as meninas, elemento que reforça a idéia de ser um recurso de proteção.

*" (...) Todo mundo tá envolvido prá conseguir dinheiro...*

*" (...) É mais fácil pedir com ela do que botar ela pra pedir sozinha..." (G., 36 anos)*

Outro aspecto referente ao corpo relaciona-se à proteção do único bem, preservando o instrumento de vida, de sobrevivência e que retrata a própria individualidade do sujeito no contexto de privação social. Esta questão ficou ainda mais clara com a constituição familiar jovem, através da gravidez da adolescente, que tem em seu corpo a procriação, demonstrando a sua própria capacidade frente ao seu processo de desqualificação, desprestígio e incompetência, elementos estes que se contrapõem aos seus direitos de pleno desenvolvimento.

A própria indicação dada pelos grupos quanto ao reconhecimento de serem "carentes" leva a um patamar diferenciado de sua situação na rua, que "opta" pelo trabalho que é possível realizar neste contexto, ainda que desqualificado, precário e improdutivo. Pretende-se, assim, marcar sua condição, diferenciando-se do mendigo, associado ao vagabundo que não trabalha.

*" (...) Somos pessoas carentes, não somos mendigos, a gente trabalha, pede, mas não rouba. É uma vida difícil..." (M.G., 32 anos)*

*" (...) eu trabalho prá sustentar minha família, prá sustentar ela e prá mim" (L., 15 anos)*

Mais do que retirar crianças e adolescentes das ruas, acompanhados ou não de seus familiares, há necessidade de uma ação de fortalecimento dos segmentos que estão sendo relegados à inutilidade produtiva, chamados de excedentes (Castel, 1995), mas que alimentam o sistema, ocupando espaços e reavivando seu aspecto contraditório e excludente. São ações que ultrapassam limites profissionais, tendo como responsabilidade de participação fundamental o

empenho de medidas públicas de intervenção, abrangendo as três esferas do governo, federal, estadual e municipal, assim como outros setores da sociedade.

A intenção desta pesquisa de desvelar os contextos em que se encontram crianças e adolescentes ocupadas, vem compreender a urgência de se mostrar o que parece obscuro aos olhos acomodados e olhar de forma mais propositiva para esta questão. Esta pesquisa na área do Serviço Social pretende, através da aproximação com a realidade do trabalho infanto-juvenil, poder contribuir na área de conhecimento da disciplina e em seu espectro de atuação, na sua intervenção na questão social, que vem colocando e recolocando desafios à profissão desde a sua origem.

### Bibliografia

- ALVIM, Rosilene. O Trabalho infanto-juvenil em discussão através dos temas da educação e da violência. *In: Anais da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.
- ARIÈS, Philippe. *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro, E. Guanabara, 1978.
- BARROS, R. e MENDONÇA, R. *Infância e adolescência no Brasil: as consequências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência*. IPEA, Rio de Janeiro, vol. 21, 1991.
- BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estrutura de classe*. Tradução Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- BRITO, S. R. Sobre o meio rural: trabalho precoce e diferenças do gênero. *In: O Social em Questão*, Rio de Janeiro, PUC vol. 1, nº 1, 1997.
- BRUSCHINI, Cristina. *O tratamento da mulher no Brasil: tendências recentes*. *In: Anais da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro, 1993.

- . Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975 - 1985). In: *A Condição Feminina*. org. Nanci Valadares de Carvalho. São Paulo, Vértice, 1988.
- . *Reflexões sobre o uso de estatísticas sensíveis à questão de gênero*. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT Relações de Gênero, Caxambu, 1996.
- CAMARGO, José M. (org.) *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CASTEL, R. " *Les métamorphoses de la question sociale*." Paris, Fayard, 1995.
- CASTRO, Mary G. & LAVINAS, Lena. Do Feminino ao gênero: a construção do objeto. In: *Uma questão de gênero*. org. Albertina de O. Cortez e Cristina Bruschini, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
- CERVINI, R. & BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: *O trabalho e a rua*. CERVINI, R. & FAUSTO, A. São Paulo, Cortez, 1991.
- DEDECCA, C. S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1995.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI FEDERAL 8.069/90.
- FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Ruben. *O trabalho e a rua: criança e adolescente no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo, Cortez, 1991.
- FUNDAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA. *Coleção garantia de direitos*. nºs 4 e 5. Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social. Rio de Janeiro. 1997.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.
- HELLER, Agnes. *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona, Ed. Península, 1978.
- IBGE (1990). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Tabulação especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA*. Rio de Janeiro, IBGE.

- IBGE - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), 1992 e 1995.
- IBGE - Indicadores sobre crianças e adolescentes: Brasil, 1991-1996. Rio de Janeiro, 1997.
- KERN, Horst & SCHUMANN, Michael. *La fin de la division du travail? La rationalisation dans la production industrielle*. Paris, Ed. Maison des Sciences de l'Homme, 1989.
- LAVINAS, Lena. *Identidade de gênero: uma categoria da prática*. Série Papéis Avulsos, CIEC-ECO-UFRJ, nº 42, 1992.
- . *As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro*. In: *Estudos Feministas*, IFCS /UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 2, 1996.
- LUKÁCS, Georg. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Temas de Ciência, nº 4, São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- . *Ontologia do serviço social. Os Princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MACEDO, Myrtes A. *A questão do trabalho infanto-juvenil no quadro da política de proteção à infância e à juventude no Brasil*. In: *Debates Sociais*, CBCISS - PUC/RIO, nºs 54,55 Ano XXX, 1995.
- MACHADO, L. A. Informalidade e crise econômica. In: *Tempo e Presença*, nº 288, Rio de Janeiro, 1996.
- MARTINS, José de S. (org.) *O massacre dos inocentes*. São Paulo, HUCITEC, 1991.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro I, vol. 1, 1971.
- MATTOSO, J. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1995.
- MINAYO, M. Cecília de S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo, HUCITEC - BRASCO, 1993.
- NASCIMENTO, E. P. do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários. In: *Cadernos do CRH*, nº 21, UFBa, 1994.

- OLIVEIRA, F. de. *A questão do Estado - Vulnerabilidade social e carência de direitos*. Cadernos ABONG, nº 8, junho de 1995.
- PASTORE, J. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970 - 1980 (o que ocorreu com a família brasileira ?)*. São Paulo, Pioneira, 1983.
- PROGRAMA VEM PRA CASA, CRIANÇA - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no Rio de Janeiro, 1994.
- RIBEIRO, Ruth, SABÓIA, A. Lúcia & CASTELLO BRANCO, H. Família, criança e trabalho na década de 80. *In: Relatório de indicadores sociais*. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.
- ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale - repenser l'État-Providence*, Paris, Seuil, 1995
- SADER, Emir & GENTILI, P. (org.) *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2ª ed., Vozes, Petrópolis, 1980.
- SPOSATI, A. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo, Cortez, 1988.
- TELLES, Vera. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. *In: Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. org. Heloísa Helena T. de S. Martins e José Ricardo Ramalho. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- VALLADARES, L. (org.). *A Infância pobre no Brasil: análise da literatura e ação no Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa FORD/CNPq, Rio de Janeiro, 1988.